

"A administração da FUNAI"

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o meu pronunciamento de hoje é para protestar contra o comportamento do Sr. Presidente da FUNAI, que vem demitindo todos os funcionários, sobretudo indígenas, que defendem a causa do índio, e, portanto, a causa da própria FUNAI. Com essas demissões injustas, vem o Coronel Veiga forçando, de algum modo, a demissão de outros servidores, que, por se solidarizarem com os primeiros, e não encontrando qualquer apoio dele, também pedem demissão. E é isso que querem não apenas o Coronel Presidente, mas os demais quinze coronéis, que hoje comandam todas as pequenas chefias da FUNAI.

Um dos métodos usados atualmente pela FUNAI, para a rápida e total desintegração das comunidades indígenas, é a mudança da conciliação da economia tribal coletivista para o sistema de economia individual, altamente competitivo e movido pela busca do lucro, para o qual jamais estariam preparados.

Para tanto, os técnicos burocratas da Assessoria de Planejamento (AS-PLAN) da FUNAI elaboraram projetos econômicos para serem desenvolvidos nas áreas indígenas, que são um completo desastre, pois esses técnicos não têm o menor conhecimento sobre as comunidades indígenas e nem as consultam ou motivam para participarem de tais projetos.

Isto faz com que vários fatores interfiram nos diversos desajustamentos dessa regra tradicional de produção.

— A redução progressiva do antigo território tribal e seu empobrecimento, com a exploração simultânea pela sociedade nacional.

— A necessidade de atender, além das tarefas ligadas à subsistência, a outras cada vez mais exigentes, destinadas a assegurar o provimento de artigos mercantis novos para sua cultura, e a conseqüente destruição do sistema social comunitário, pelo engajamento individual de cada membro do grupo na economia regional, como produtor de artigos, para a venda ou troca, e como assalariado, ou seja, integrar a economia coletiva no seio de um regime individualista.

Portanto, temos que o engajamento compulsório dos índios em nosso sistema econômico, que é a política atual da FUNAI através dos tais Projetos Econômicos, para cuja competição não estão preparados, só lhes pode assegurar um padrão de vida ainda mais miserável que o dos mais pobres seringueiros, lavradores ou vaqueiros, isto é, condições de vida que dariam cabo de qualquer população.

Outro fator importante, que está sendo relegado a segundo plano na atual administração da FUNAI, é a demarcação das terras indígenas, uma vez que o Presidente da FUNAI, Coronel João Carlos Nobre da Veiga se preocupa muito mais com a situação dos grupos de fazendeiros e colonos do que com a sobrevivência das comunidades indígenas, que só é possível através das demarcações das Reservas e Parques Indígenas.

Já Darcy Ribeiro lembrava que a posse de um território tribal é condição essencial à sobrevivência dos índios. Tanto quanto todas as outras medidas protetórias, ela opera como barreira à interação e à incorporação.

Permitindo ao índio refugiar-se num território onde pode garantir ao menos sua subsistência, facultava-lhe escapar às compulsões geradas pela estrutura agrária vigente, as quais, de outro modo, o compeliria a incorporar-se à massa de trabalhadores sem terra, como seu componente mais indefeso e mais miserável.

Os casos concretos observados no Brasil, de tribos que perderam suas terras e foram levadas a perambular, aos magotes, pelas fazendas particulares (atualmente podemos citar os Kayoá e Mucuxi) como reservas de mão-de-obra, demonstra que, embora tivessem oportunidade de mais intensa interação com os trabalhadores não-indígenas e, teoricamente, por via desta comunicação e convívio, maiores chances de se dissolverem na população nacional, isto não ocorreu. Na prática, seu despreparo para as "tarefas da civilização", a conservação de idéias e motivação da cultura original e outros fatores os levaram a tamanho desgaste que estariam, fatalmente, condenados ao extermínio.

Ele recomenda ainda a criação de Parques Indígenas demarcados por limites naturais, reservados às tribos indígenas que neles habitam ou vierem a habitar, como patrimônio coletivo e inalienável, de usufruto perpétuo.

Os recursos naturais dessas áreas passariam a constituir reservas florísticas e faunísticas destinadas a estudos científicos, preservando-se, assim, as características biogeográficas de diversas regiões, como amostra para as gerações futuras do que fora o Brasil no prístino.

Atualmente temos como obrigação, para com as futuras gerações, a criação do Parque Yanomami, Parque Nhambiquara, Vale do Guaporé e Parque Florestal de Jurema.

Entre os aspectos positivos da escola de Rondon, cumpre assinalar a atitude compreensiva infundida no seu pessoal, diante das diferenças culturais de tribo, e a idéia de que só através de longos períodos e por métodos persuasivos seria possível mudar as culturas tribais.

Esta orientação permitiu criar uma administração unificada, mas capaz de atuar de forma diversa em cada local, segundo as variações de costumes e de estágios de aculturação dos índios. Deia talvez não tenha resultado a salvação de muitas tribos, mas terá proporcionado mais felicidade a milhares de índios como seres humanos do que seria de se esperar de qualquer atitude dogmática.

Hoje, no entanto, a FUNAI ignora a tradição indigenista brasileira, forjada por homens como Rondon, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Villas Boas, tentando impor aos indigenistas e mesmo às comunidades indígenas uma nova "doutrina indigenista" criada por homens totalmente alheios e ignorantes ao problema indígena, tais como os Coronéis Ivan Zanoni, Cláudio Pagano, Luiz Carlos Correia, Godinho e o próprio Presidente da FUNAI, Coronel João Carlos Nobre da Veiga.

A política indigenista brasileira está sendo formulada pelo Coronel Zanoni, inspirado em seu livro "Por que os Militares"? A atual Direção da FUNAI demite e persegue os verdadeiros indigenistas do órgão, representando bem a "castração simbólica" no livro acima citado, onde o autor diz o seguinte:

"A castração simbólica é o processo pelo qual os talentos mais destacados da organização vão sendo eliminados em proveito da minoria que empalma o poder. Assim, qualquer elemento que tenha talento excepcional ou conduta dominante será afastado das trilhas de acesso ao poder, porque sua ascensão ameaça a posição dos usuários em exercício."

Maior desgraça ainda para o indigenismo é a vinda de burocratas de outros órgãos para a FUNAI, ocupando cargos de decisão e recebendo altíssimos salários, atendendo apenas às suas conveniências pessoais ou interesse de serviço, num órgão que precisa de pessoas altamente especializadas.

Assim sendo, a FUNAI atualmente está invadida por burocratas incapazes de compreender ou se identificar ideologicamente com a obra a que se ligavam.

Nestas condições, os postos vão sendo entregues a agentes recrutados a esmo, inteiramente despreparados para as tarefas para as quais são chamados a desempenhar, e a FUNAI dirigida por funcionários que não entendem nada do problema indígena, só atentos a normas burocráticas formais, frequentemente inaplicáveis a uma atividade tão singular como a proteção aos índios.

Sr. Presidente, concluindo, se tudo isso não bastasse, fizemos aqui, há dias, uma denúncia, cobrada pelo então Líder em exercício do PDS, de que a FUNAI era também um antro de corrupção.

Pois bem, pedi-lhe apenas que aguardasse que lhe daria a resposta. A resposta veio no dia seguinte, quando o próprio Presidente da FUNAI confessava que a corrupção grassa no interior da FUNAI, não apenas no que se refere à concessão de certidões negativas da existência de índios em áreas onde os índios existem, para que estas sejam concedidas a grileiros e a fazendeiros que para lá se dirigem, destruindo a vida e a cultura dos índios.

Naquele dia, cobrava eu do agente de plantão do Governo que logo que essa indicação fosse feita, na qualidade de autoridade, encaminhasse a denúncia que eu fazia, para que se abrisse um inquérito, ou uma CPI nesta Casa, para apreciar tudo que ocorre na FUNAI. Então, vamos ficar estarelecidos e estarrecer toda a Nação.

04.06.80

CEDI - P.I.B.
DATA 31/12/1986
C.D. F8D04058